



**WCS**  
**MOÇAMBIQUE**

## **RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2022**

---

Sociedade para Conservação da Fauna (WCS)

---

### **ENDEREÇO:**

Rua Orlando Mendes, n.º 163,  
Bairro da Sommerschild, Cidade  
de Maputo



**FICHA TÉCNICA**

Propriedade: WCS Moçambique | Edição: WCS Moçambique | Coordenação: Afonso Madope | Pesquisa, Concepção e Produção: Francisco Cabo | Design: Veludo & Mentol

**ÍNDICE**

<b>1</b>	<b>SUB-PROGRAMA DO PROGRAMA WCS - MOÇAMBIQUE</b>	<b>04</b>
1.1	Tabela dos sub-programas por província/cidade	04
1.2	Localização geográfica de implementação	04
<b>2</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROJECTOS</b>	<b>04</b>
2.1	Descrição geral	04
2.2	Sub-Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Reserva Especial do Niassa.	06
2.2.1	Situação actual	07
2.2.2	Fiscalização de florestas e fauna bravia	07
2.2.3	Monitoria da biodiversidade	08
2.2.4	Participação comunitária da gestão dos recursos naturais renováveis	09
2.2.5	Gestão do conflito homem-fauna bravia	10
2.3	Sub-Programa Marinho	11
2.3.1	Programa COMBO+: conservação, mitigação de impactos e contrabalanços da biodiversidade	11
2.3.2	Áreas-chave para a biodiversidade e listas vermelhas	14
2.3.3	Conservação de tubarões e raias	16
2.3.4	Conservação de recifes de coral	17
2.3.5	Programa de capacitação dos pontos focais das Convenções de Biodiversidade para a CoP 15 da CBD	19
2.3.6	Programa de apoio à gestão de pescarias artesanais sustentáveis em Moçambique	20
2.3.7	Construindo um futuro Azul para Ecossistemas e Pessoas na Costa Leste Africana – Futuro Azul	22
2.3.8	Apoio à expansão das Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) em Moçambique	25
2.4	Wildlife Crime Unit	27
<b>3</b>	<b>VALOR TOTAL DO PROGRAMA EM 2022</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>CONTRAPARTES NACIONAIS</b>	<b>29</b>
5.1	Entidades do Governo	29
5.2	Operadores de Turismo da REN	30
5.3	Outros	30
<b>6</b>	<b>VALOR DE IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO PROJECTO EM 2022</b>	<b>30</b>
<b>7</b>	<b>POSTOS DE TRABALHO CRIADOS EM 2022</b>	<b>31</b>
<b>8</b>	<b>FORMAÇÕES REALIZADAS EM 2022</b>	<b>31</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>33</b>

# 1. SUB-PROGRAMAS DO PROGRAMA WCS - MOÇAMBIQUE

## 1.1 Tabela dos sub-programas por província/cidade

Item	Nome do Subprograma	Província
01	Co-gestao da Reserva Especial do Niassa <sup>1</sup>	Niassa e Cabo Delgado
02	Programa Marinho	Cidade de Maputo, Inhambane, Zambézia e Nampula

## 1.2 Localização geográfica de implementação

- Cidade de Maputo
- Niassa e Cabo Delgado: Reserva Especial do Niassa

\*O projecto COMBO, o Programa Marinho, assim como o estabelecimento da Unidade de Combate ao Crime Contra a Fauna Bravia centram-se essencialmente na Cidade de Maputo.

# 2. DESCRIÇÃO DOS PROJECTOS

## 2.1 Descrição geral

A Wildlife Conservation Society (WCS), foi fundada em 1895 como a Sociedade Zoológica de Nova Iorque, e é uma Organização Não Governamental estabelecida sob regime jurídico dos Estados Unidos da América e declarada como entidade sem fins lucrativos. Tem a sua sede em Nova Iorque e dedica-se à conservação da natureza, protecção da vida selvagem e lugares naturais em todo o mundo. Suas actividades estão alicerçadas na ciência, acções de conservação, educação e inspira as pessoas a valorizar a natureza.

A WCS presta apoio a mais de 270 áreas de conservação em todo o mundo e tem cerca de 500 projetos de conservação em 65 países no mundo, dos quais 15 são em países africanos, nomeadamente: Camarões, República Centro Africano, Congo, Congo DR, Guiné Equatorial, Gabão, Quênia, Madagáscar, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia

Desde a sua criação, a WCS trabalha em regiões terrestres e

marinhas intactas, apoiando a gestão de mais de 370 áreas protegidas que albergam mais de 90% dos habitats de coral a nível mundial, 75% das espécies de tubarões e raias conhecidas e 60% da diversidade mundial de mamíferos marinhos. A WCS lidera iniciativas para a conservação dos oceanos em 24 países, com uma equipa de mais de 200 especialistas marinhos.

A WCS estabeleceu-se em Moçambique desde 2012, com base num despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para implementação de um programa nacional inicialmente, com dois objetivos principais:

- Melhoria da protecção da Reserva Especial do Niassa, e melhoria do estado de conservação dos seus elefantes; e
- Reforço da gestão das áreas protegidas a nível nacional, ajudando a melhorar as políticas e legislação sobre crimes contra a vida selvagem.



Durante 8 anos prestou apoio ao desenvolvimento da Reserva Especial do Niassa, na ordem USD 22.4 milhões o equivalente a cerca de 2.8 milhões/ano, que se consubstanciou nos seguintes termos:

- Assistência técnica e mobilizados recursos financeiros para a gestão da REN;
- Contratação de pessoal qualificado, pagamento de salários e subsídios, alimentação, transporte e condições básicas de trabalho em Mbatamila e nos postos de fiscalização;

- Adquiridos e mantidos equipamentos e meios circulantes;
- Presença permanente de meios aéreos para o apoio a fiscalização e logística;
- Mobilização de recursos para o treinamento de fiscais (treinos básicos, reciclagens e treinos de especialização);
- Melhoria do sistema de Rádios de Comunicação;
- Melhoria e Construção de infraestruturas de suporte;
- Desenvolvidas actividades de monitoria de flora e fauna; e
- Desenvolvidos programas de desenvolvimento comunitário com enfoque na geração de renda, mitigação do conflito homem fauna bravia

Em 2014 a WCS Moçambique passou a contar com outros programas, nomeadamente sobre Mitigação de Impacto e Compensação da Biodiversidade e Conservação da Biodiversidade Marinha.

Em Janeiro de 2020 a WCS celebrou com o Governo de Moçambique, através do Ministério da Terra e Ambiente, o Acordo de Co-Gestão da Reserva Especial do Niassa, com duração de 20 anos, com os seguintes objectivos:

- Fortalecimento da capacidade de Gestão da Reserva Especial do Niassa (REN);

- Apoio Financeiro para o desenvolvimento da REN;
- Reforço e capacitação técnica da equipa de gestão;
- Sustentabilidade da REN promovendo o Turismo;
- Reforço das operações de Fiscalização e Educação;
- Promoção de boas práticas de uso sustentável dos recursos pelas comunidades locais; e
- Promoção do Desenvolvimento Humano.

O acordo preconiza, dentre outras, a realização de um investimento inicial de USD 8.000.000 para os primeiros cinco anos, e refere que todas as receitas geradas na REN serão re-investidas na área de acordo com a legislação, e que a WCS deverá angariar financiamentos adicionais para as diversas actividades de desenvolvimento das Comunidades que vivem no interior da REN.

Em Maio de 2021 a WCS, em parceria com o Ministério da Terra e Ambiente, apresentou o mapeamento das 29 Áreas-chave para a biodiversidade em Moçambique que, totalizam cerca de 139.947,00 Km<sup>2</sup>, as quais incluem 4 áreas marinhas e 9 costeiras com uma área de 5.600,00 Km<sup>2</sup>. Este quadro indica claramente a necessidade de uma avaliação mais cuidadosa que, seguramente irá permitir identificar outras áreas-chave ao longo da Zona Económica Exclusiva, à medida que mais informação seja gerada.

Em Junho de 2021, a WCS celebrou um Memorando de Entendimento com o Ministério dos Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) como resultado da consolidação da colaboração que gerou resultados substanciais. No período de 2018 a 2020, a WCS trabalhou com o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM) para produzir informação de apoio à tomada de decisão. Juntamente com outros parceiros de conservação, a WCS apoiou o MIMAIP na revisão do Regulamento da Pesca Marítima e na elaboração da lista de espécies marinhas protegidas, com destaque para as 14 espécies de tubarões e raias, tendo a WCS e o InOM elaborado um mapa de ecossistemas marinhos e tendo desenvolvido cenários que permitem a identificação e definição de opções para alcançar as

<sup>1</sup> | Inclui os financiamentos principais: ECO-SMART: The Alliance for Ecosystem Conservation Systems.



Director da WCS Moçambique, Afonso Madope (à esquerda), e o Administrador da Reserva Especial do Niassa, Terência Tamele;

metas nacionais relativas à expansão da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Assim, os projectos da WCS são levados a cabo em estreita colaboração com o Governo de Moçambique e os mesmos traduzem-se na conservação de fauna bravia através do combate às ameaças que representam a excessiva exploração de recursos naturais, advocacia ao nível da política nacional, apoio ao combate à caça furtiva e apoio à gestão das áreas protegidas. Assim, os objectivos principais são:

- a) Aumentar a protecção e co-gerir a Reserva
- b) Fortalecer a gestão de áreas protegidas a nível nacional e biodiversidade em geral ajudando a melhorar as políticas para reforçar o desenvolvimento de um ambiente favorável para uma conservação efectiva e eficiente;
- c) Fortalecer a resposta de fiscalização da ANAC, através do investimento em quadros especializados, de modo a melhorar a capacidade para o desmantelamento de redes criminosas de tráfico em zonas de alto risco, tais como aeroportos e portos internacionais e zonas fronteiriças; e
- d) Melhorar a adopção da hierarquia de mitigação em Moçambique.



Community Involvement, NSR

## 2.2 Sub-Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Reserva Especial do Niassa

Em Moçambique, a gestão das áreas de conservação é feita pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), entidade sob tutela da Ministra da Terra e Ambiente (MTA).

A WCS é co-gestora da Reserva Especial do Niassa (REN ou Reserva), em parceria com a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), através de um Acordo de Co-Gestão celebrado com o Governo de Moçambique, através do MTA.

Especial do Niassa, uma vasta paisagem no norte do país e a maior área de conservação de Moçambique, e melhorar o estado de conservação dos seus elefantes através da co-gestão da Reserva;



### CELEBRANDO DIA MUNDIAL DO ELEFANTE!

O nosso programa de monitoria de elefantes utiliza colares GPS para rastrear os movimentos dos animais, permitindo o destacamento atempado das equipas de afugentamento dos conflitos entre homem e vida selvagem se os elefantes se aproximarem das machambas, e aumentado também o nosso conhecimento sobre os maiores mamíferos do Niassa.



Photo © ANAC

### 2.2.1 Situação actual

O Distrito de Mecula, na Província de Niassa, onde se localiza a sede da Reserva Especial do Niassa (REN), sofreu um ataque de insurgentes em Novembro de 2021, tendo causado a evacuação de todo pessoal não prioritário, portanto apenas os integrantes do corpo de fiscalização se mantiveram no terreno pois foram instrumentais para o apoio na perseguição dos insurgentes tendo actuado com pisteiros devido ao conhecimento que têm das matas. Estes ataques a cinco aldeias das quais duas foram completamente queimadas, resultou em mais de 500 pessoas deslocadas. Este quadro motivou que 2022 começasse com problemas de segurança, tendo o pessoal técnico regressado aos postos de trabalho apenas em Abril de 2022.

Este quadro caracterizou as actividades de Janeiro a Junho viradas para o apoio prestado aos esforços de ajuda humanitária. Houve um impacto negativo nos esforços de Fiscalização e das actividades de Conservação Comunitária.

### 2.2.2 Fiscalização de florestas e fauna bravia

De salientar que a acção de insurgentes que operam predominantemente na Província de Cabo Delgado afectou negativamente a prossecução dos objectivos da Fiscalização, dado que as actividades de fiscalização haviam sido suspensas desde os finais de Novembro de 2021 até Janeiro de 2022, tendo a força dedicado-se apenas às actividades de asseguramento dos postos e dos bens patrimoniais, como também para permitir que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) desdobradas no terreno, pudessem desenvolver as suas actividades face a situação de ataques terroristas. As actividades de Fiscalização foram retomadas no mês de Fevereiro quando se observou alguma melhoria na situação de segurança.

Outro evento a citar é o facto de que a REN passou a contar com um novo Administrador (Terência Tamele) a partir do mês de Fevereiro de 2022 em substituição ao antigo Administrador, Baldeu Araquechande.

Em Setembro 2022, com o final de época chuvosa e início da época quente, registou-se o aumento das actividades ilegais como a mineração ilegal, extração ilegal de madeira, pesca ilegal e caça furtiva.

Com vista a controlar, disciplinar e orientar as actividades de protecção, conservação e gestão dos recursos naturais, foram realizadas durante o período em análise, diversas actividades relacionadas com o patrulhamento, controle de acessos, entre outros, as quais foram levadas a cabo pela força conjunta da fiscalização da REN (constituída por fiscais do Estado, agentes das FDS – batalhão da UIR, que está directamente destacada para auxiliar a força de fiscalização da REN, e por fiscais dos Operadores Privados).



Processo de substituição da coleira de elefante NSR | Crédito: Keith Begg

<sup>2</sup> | Acordo de co-gestao em anexo.

Neste período, ao todo foram realizadas 876 patrulhas e a cobertura de 81.182.4 km e 38 emboscadas. Estes esforços resultaram na detenção remoção de 2907 armadilhas de diversos tipos, 3 viaturas, 3 tractores, 4 motorizadas, 6 bicicletas e 267 itens usados para mineração ilegal. Foram detidos 124 suspeitos de práticas dos crimes acima mencionados, incluindo 14 cidadãos de nacionalidade tanzaniana e uma de nacionalidade chinesa.

O Sector Jurídico continuou com o seguimento da tramitação dos casos suspeitos para passos subsequentes nos órgãos de administração da justiça. Foram lavrados 41 Autos de Notícias contra os 124 detidos. Maior destaque vai para a mineração ilegal que registou 85 casos, dos quais 18 detidos por caça furtiva. O Sector Jurídico da REN acompanhou o julgamento de 18 processos para os quais estiveram sendo julgados 41 arguidos por caça furtiva e mineração ilegal. Estes julgamentos resultaram na condenação de 13 dos arguidos a penas que variam de 4 a

18 anos de prisão efectiva.

Com objectivo de se assegurar que os casos submetidos aos órgãos de administração da justiça sejam recebidos e os infractores julgados e condenados dentro dos limites legais e de justiça, durante o período reportado, realizou-se um workshop de Prevenção de Riscos Legais, onde participaram 15 fiscais de quatro concessionários, nomeadamente Mariri, Chiulexi, Kambako e Luwire, tendo sido abordados os seguintes temas: o Envolvimento das Comunidades na Fiscalização dos Recursos Naturais, Captura em Flagrante Delito e Fora de Flagrante Delito, Registo Fotográfico da Infracção e do Infractor, Preservação do Local de Crime e Direitos Humanos dos Infractores. O workshop teve a moderação de Agostinho Jorge, Director de Conservação da Mariri, e contou com quatro facilitadores nomeadamente, o Gestor do Sector Comunitário, Advogado da REN e dois Magistrados, sendo um do Ministério Público e outro Magistrado Judicial.

### 2.2.3 Monitoria da biodiversidade

A monitoria da biodiversidade continuou sendo uma actividade essencial na REN, e tem se focado em todas espécies de flora e fauna, com maior destaque para controlo de animais com colares, nomeadamente elefantes e leões. Importa salientar que a REN tem estado a usar o EarthRanger (EarthRanger é um sistema de monitoria em tempo real de diversos elementos com base em dispositivos remotos instalados e complementado pela utilização de aparelhos como Garmin Inreach, Delorme e Cedar). Constitui uma tecnologia recente para a monitoria da biodiversidade que reflecte em tempo real o estado de migração de animais com colares, movimento dos fiscais durante as patrulhas, as queimadas, desbaste ou abate da floresta e inclui a monitoria da utilização de meios circulantes como veículos.

Em finais do ano de 2021, houve reposição de 20 colares em elefantes e outros 20 colares foram montados em novos elefantes. Os dados de rastreamento de leões sob gestão do Projecto Carnívoros de Niassa. A colocação de colares nos elefantes permite a monitoria em tempo dos

animais em tempo real através da integração do sinal de rádio dos colares ao sistema EarthRanger.

O Earth Ranger armazena todos os dados históricos em um servidor online, permitindo a tomada de decisões de gestão com base nas tendências históricas tanto para gestão do Conflito Homem-Fauna Bravia (CHFB) quanto para a Fiscalização. Neste período não foi reportado nenhuma avaria com colares de elefantes.

No período de referência, a movimentação dos elefantes com colares foi concentrada em regiões de ocorrência de recursos hídricos em abundância com destaque para os rios Rovuma e Lugenda. De referir que as regiões exploradas por esses elefantes, deve haver muito esforço de patrulhas para evitar caçadores furtivos estejam próximos deles. Durante o período em análise, foram monitorados 77 elefantes com colares de rádio, dos quais 2 pararam de emitir sinal no mês de Agosto. Neste grupo de 77 colares sendo monitorados incluem também o lote instalado em 2018, 2019 e 2021.

Machamba comunitária, resultado do trabalho com as comunidades da localidade de Ntimbo 2, Distrito de Mecula.



Uma das componentes importante no processo de monitoria ecológica é comunicação. Durante o período em referência, concretamente em Agosto, procederam-se reparações do sistema de comunicação com o apoio técnico de uma empresa contratada para o efeito, Kinetics Six. Procedeu-se a substituição de antena com um mastro mais alto no Monte Mecula, também foi instalada a repetidora em Mecula e troca painéis solares. No Monte

Yao, em Rungwe e Mariri, procedeu-se à substituição de equipamentos electrónicos e eléctricos como painéis, inversores, baterias e controladores.

Na componente de Desenvolvimento Comunitário, os primeiros 3 meses do ano foram atípicos em relação aos iguais períodos dos anos anteriores por causa dos ataques de insurgentes ocorridos de Novembro de 2021 a Janeiro 2022, atrás mencionados.



Assistência comunitária após insurgência

### 2.2.4 Participação comunitária da gestão dos recursos naturais renováveis

Os ataques às aldeias forçaram a população a se deslocar para regiões seguras como Marrupa e sede do Distrito de Mecula. Essa migração forçada, não tendo permitindo com isso, a execução de actividades de desenvolvimento sustentável nas comunidades. Em finais de Janeiro, algumas populações aos poucos retomaram para as suas zonas de origem e outras abandonaram em definitivo as antigas aldeias.

A partir de finais de Março e início de Abril, a maioria das pessoas já tinha regressado para as suas regiões de origem, embora de forma tímida. Este facto permitiu com que a equipe do sector das comunidades desenvolvesse algumas actividades.

Por orientação de Sua Excelência o Presidente da República e sob supervisão do Governo Provincial do Niassa, no período de Fevereiro a Maio de 2022, a REN, através do sector Comunitário, em parceria com os operadores privados, sob a

liderança da Administração do Distrito de Mecula, desenvolveu actividades apoio ao retorno das Comunidades às zonas de origem de tendo sido distribuídas 500 chapas de zinco para as pessoas vítimas de ataques de insurgentes.

Devido ao regresso tardio das comunidades após os ataques, constatou-se de igual modo uma retoma tardia das actividades comunitárias, depois de terem sido abandonadas por motivos de segurança. Apenas foram monitoradas algumas comunidades que continuaram nas suas casas. Os assistentes comunitários da REN dedicaram-se a monitorar programas iniciados no ano anterior como a criação de cabritos e patos. Também foram mantidos encontros com os CGRN de Mecula e Mussoma para articulação de actividades para o ano 2022.

Foram igualmente mantidos encontros regulares de monitoria, com

o Governo do Distrito de Mecula para discutir o regresso das comunidades que se refugiaram em regiões seguras após os ataques de insurgentes.

Foi colocado em marcha a prospecção de potenciais actividades económicas que poderiam ser financiadas pela REN. Foram identificadas as seguintes actividades:

- venda de insumos agrícolas,
- panificação e locais de venda de alimentos confeccionados - eleitas como prioritárias; e
- a venda de insumos agrícolas.

Numa primeira fase foi criado um programa de apoio aos agricultores locais com sementes melhoradas de diferentes culturas da segunda época. Foram conduzidos treinamentos em matérias de agricultura de conservação.

O sector comunitário esteve igualmente concentrado na reestruturação dos CGRN a nível

da REN. Para tal foram estabelecidos contactos que culminaram em reuniões nos comités de Matondovela, Mussoma, Mecula e Mavago. A reestruturação visou dotar os CGRN de capacidade organizativa para a devida legalização e adoção de um organograma claro que facilite

### 2.2.5 Gestão do conflito homem-fauna bravia

Relativamente ao Conflito Homem Fauna Bravia (CHFB) foram reactivada a unidade de intervenção rápida e continuou-se a implementar estratégias de mitigação dos conflitos e realizadas as seguintes actividades:

- Foram efectuados 3 treinamentos de produção de repelentes de bolas de piri-piri para afugentamento de elefantes que abrangeram 120 agricultores das comunidades de Alássima, Ntimbo I e II, Mecula, Macalange e Guebuza.
- Em coordenação com as forças de segurança, conseguiu autorização para voltar a usar foguetes para afugentamento de animais de grande porte tendo sido distribuídos 170 foguetes nas comunidades de Msawise e Mavago-sede.
- Foi realizado o levantamento de áreas para a montagem de cercas eléctricas móveis como medida de mitigação de CHFB.
- Campanhas de educação ambiental que estiveram focadas às comemorações de datas ambientais, tais como o “Dia Mundial da Fauna Bravia (3 de Março)” e “Dia Mundial das Floresta” (21 de Março), tendo as duas datas sido celebradas respectivamente em

a gestão dos mesmos. Igualmente, com essa organização pretende-se que os CGRN possuam a estrutura necessária para tirar o maior proveito dos valores de 20% a fim de criarem programas sustentáveis em benefício da comunidade onde esses CGRN estão inseridos.

- Mbatamila, na sede da REN e em Mecula, na sede do Distrito de Mecula.
- Foi celebrado o dia 12 de Agosto foi celebrado o Dia Mundial do Elefante na comunidade de Ntimbo II na qual estiveram presentes 250 pessoas, na sua maioria jovens em idade escolar.
- Foi celebrado de forma especial o dia 26 de Agosto - Dia Mundial do Cão Selvagem Africano (Mabeco) na comunidade de Nacalange que contou com a participação de 350 pessoas.

Todas as ocasiões serviram para reflectir sobre a importância da conservação da biodiversidade das espécies com as comunidades, através de palestras, projecção de filmes, teatros, canto e dança com conteúdo ambiental.

- Relativamente as obras de construção de postos de fiscalização de Catembe, Msawise e Milepa foram retomadas depois de um período de interrupção e igualmente foram mantidas a um ritmo satisfatório a construção de 2 casas para o pessoal sénior da REN, em Mbatamila. Uma das casas está concluída e a outra faltam serviços de acabamentos.



Ecos da celebração do Dia Mundial das Florestas na Reserva Especial do Niassa

## 2.3 Sub-Programa Marinho

A implementação da componente Marinha é governada com base no Memorando de Entendimento, celebrado com o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), que inclui um conjunto muito grande de actividades que estão agrupadas nas seguintes linhas temáticas:

- ◆ Projecto Combo+
- ◆ Areas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade
- ◆ Conservação de Tubarões e Raias;
- ◆ Conservação de recifes de coral;
- ◆ Capacitação dos pontos focais das Convenções de Biodiversidade para a CoP 15 da CBD;
- ◆ Apoio à gestão de pescarias artesanais sustentáveis em Moçambique;
- ◆ Futuro Azul para Ecossistemas e Pessoas na Costa Leste Africana – Futuro Azul;
- ◆ Apoio à expansão das Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) em Moçambique.

### 2.3.1 Projecto COMBO+: conservação, mitigação de impactos e contrabalanços da biodiversidade

A WCS tem um Memorando de entendimento (MdE) com o Ministério da Terra e Ambiente (MTA), através do qual o programa COMBO tem sido implementado no país. A lógica subjacente a este programa tem sido a promoção de uma abordagem de melhores práticas para conciliar o desenvolvimento económico com a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos, mitigando os impactos gerados pelos projectos de desenvolvimento.

A primeira fase foi implementada entre 2016-2020 e resultou na introdução ou melhoria de medidas, legislação, políticas, ferramentas técnicas, capacitação e reorganização institucional para implementar adequadamente a hierarquia de mitigação, incluindo contrabalanços de biodiversidade nos 4 países africanos abrangidos pelo projecto.

Como resultado da primeira fase, a WCS foi bem-sucedida na negociação com a AFD e a FFEM que decidiram financiar uma segunda fase, agora denominado por programa COMBO+, que teve início em Julho de 2021 e decorrerá até 2025.

Em Moçambique, o Programa COMBO+ é implementado através de uma parceria entre a WCS, a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) e a Direcção Nacional do Ambiente (DINAB) do Ministério da Terra e Ambiente (MTA). O seu principal objectivo é assegurar a correcta aplicação da hierarquia de mitigação no país e a operacionalização do novo diploma ministerial sobre Contrabalanços de Biodiversidade (Diploma Ministerial 55/2022 de 19 de Maio), que inclui o desenvolvimento de ferramentas adicionais, o reforço da capacidade institucional e a implementação de projectos-piloto, enquanto contribui para o alcance das metas de conservação e climáticas do país.

#### 2.3.1.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Através do programa COMBO+, foi aprovado o Diploma Ministerial 55/2022 de 19 de Maio de 2019 que define a Directiva de Contrabalanços da Biodiversidade, foi publicado oficialmente no Boletim da República de Moçambique (<https://tinyurl.com/4d6ppz7m>), em anexo;
- Com apoio técnico e financeiro do programa COMBO+, foi aprovado o Diploma Ministerial nº. 118/2022 de 21 de Novembro de 2022, que define a Directiva sobre Revisores Especialistas Independentes no processo de

- Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) das actividades de Categoria A+, e foi publicado oficialmente no Boletim da República de Moçambique, em anexo;
- Tradução oficial do Diploma ministerial de contrabalanços de Biodiversidade para Francês e Inglês, para o tornar mais inclusivo e facilitar a interpretação por parte de uma série de empresas internacionais que operam no país;
- A segunda fase do programa COMBO+ foi lançada oficialmente numa cerimónia liderada por Sua



Nova Directiva sobre Compensações de Biodiversidade, Diploma Ministerial, 55\_2022 de 19 de maio de 2022



A cerimónia de lançamento oficial da segunda fase do programa COMBO+ juntamente com os resultados do projecto CONNECT (SIBMOZ - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade de Moçambique e SGLA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental) liderado por Sua Excelência Vice-Ministro da Terra e Ambiente (créditos, WCS).

Excelência o Vice-Ministro da Terra e Ambiente, junto com os produtos do projecto CONNECT (SIBMOZ - Sistema de Informações sobre Biodiversidade de Moçambique e SGLA - Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental);

- O Comité Directivo Nacional do programa COMBO+ reuniu-se pela primeira vez para validar os TdRs do comité e apresentar o plano de trabalho para 2022;
- Em coordenação com a Portucel Moçambique, foi preparado um relatório de estudo de caso sobre a forma como a empresa aplicou a hierarquia de mitigação aos impactos na biodiversidade;
- No âmbito da capacitação Institucional:
  - três jovens profissionais recrutados através do Programa de Liderança para a Conservação em Moçambique (PLCM) do BIOFUND para cumprirem um estágio de 6 meses no programa COMBO+.
  - Foi contratado um consultor técnico e destacado para a DINAB para prestar apoio contínuo à nova a Repartição de Avaliação e Acompanhamento de Contrabalancos de Biodiversidade (RAACB) no Departamento de Licenciamento Ambiental.
  - Foi implementado o módulo III do programa de treinamento intensivo a Repartição de Avaliação e Acompanhamento de Contrabalancos de Biodiversidade da DINAB e membros da Comissão Técnica de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do MTA, no formato de retiro de dois dias em Macaneta, envolvendo mais de 25 técnicos governamentais, centrado na implementação do Diploma Ministerial sobre contrabalancos de biodiversidade.
  - Foi implementado o módulo IV do programa de treinamento intensivo a Repartição de Avaliação e Acompanhamento de Contrabalancos de Biodiversidade da DINAB e membros da Comissão Técnica de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do MTA, com uma sessão teórica de 1 dia focado no

desenho de um Plano de Gestão de Contrabalancos de Biodiversidade de acordo com Diploma Ministerial nº 55/2022 e uma sessão pratica de meio dia, que consistiu numa visita aos locais de remoção de Eucaliptos como parte do Projecto Piloto de melhoria de habitat no Parque Nacional de Maputo.

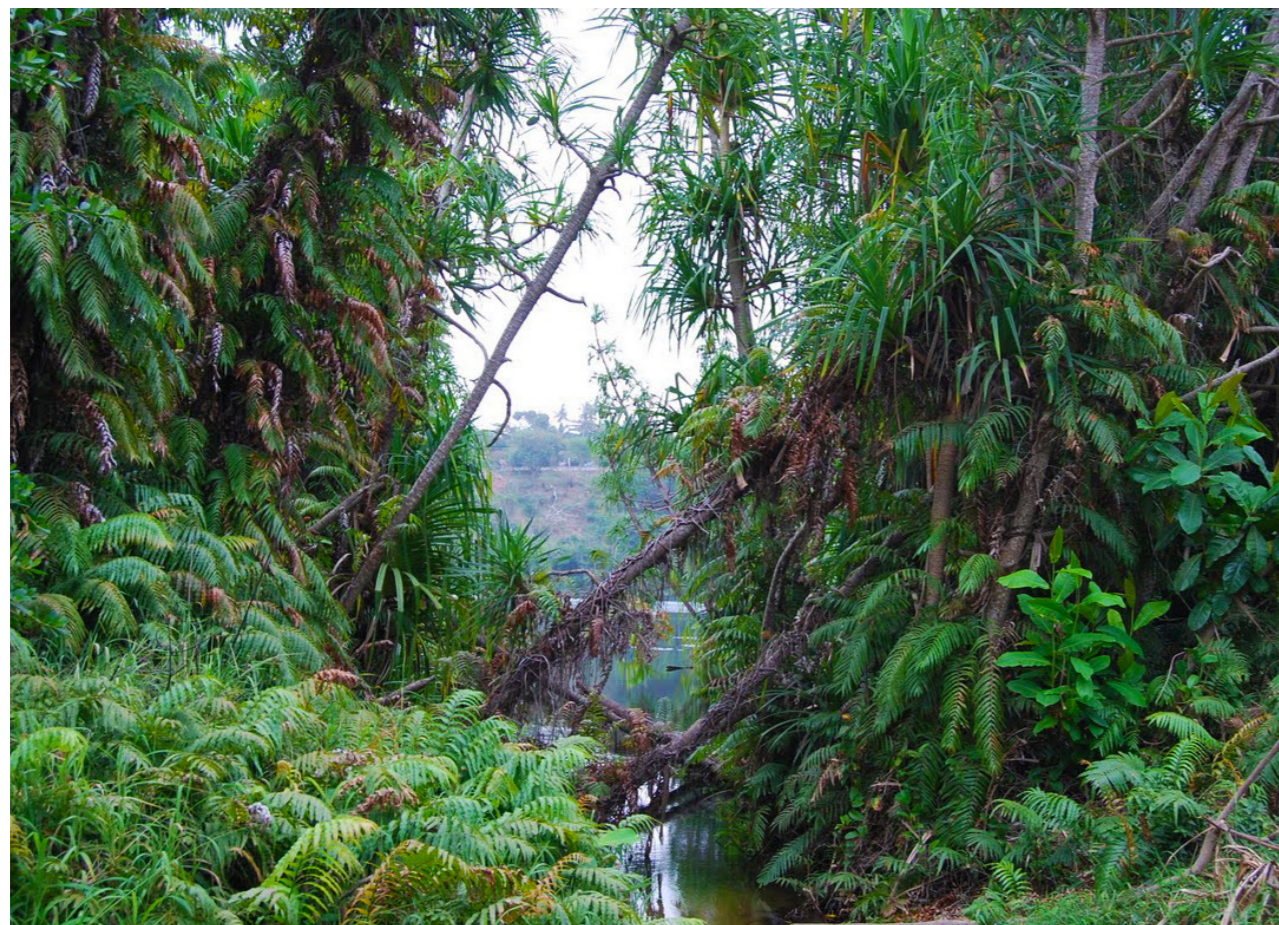
- Foram providenciados dois dias de treinamento ao sector privado e à DINAB relativamente à implementação do novo diploma ministerial de contrabalancos de biodiversidade, tendo sido envolvidos 49 participantes do sector privado (entre consultores individuais, técnicos da Associação Moçambicana de Avaliação de Impacto Ambiental – AMAIA – e da Associação Moçambicana dos Operadores Petrolíferos Internacionais – AMOPI – e proponentes de projectos do sector mineiro e florestal);
- Foi implementado um programa de treinamento regional de capacitação técnica e consciencialização das instituições do Ministério da Terra e Ambiente (MTA) e da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) relativamente ao Diploma Ministerial sobre contrabalancos de biodiversidade em Moçambique, tendo sido abrangidas cerca de 25 Instituições do Governo e 119 Técnicos do Sector do Ambiente (37 Técnicos da Região Sul, 38 Técnicos da Região Centro e 44 Técnicos da Região Norte), sendo 42% do sexo feminino.
- Foi dado apoio à UNEP-WCMC e NEA (Agência Ambiental Norueguesa), na implementação de um programa de treinamento intensivo sobre o Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SGLA), Sistema de Informação de Biodiversidade de Moçambique (SIBMOZ) e Sistemas de Informação Geográfica (SIG), direccionadas a diferentes instituições do Governo. .
- Em colaboração com o CEAGRE e sob liderança

da BIOFUND, foi realizado um estudo de base sobre a caracterização ecológica e socioeconómica da Reserva Florestal do Licuati; esse estudo será utilizado para o projecto-piloto que está a ser desenvolvido pelo BIOFUND e a WCS através do programa COMBO+;

- Foi iniciada uma consultoria com a Impacto Lda, para avaliar o potencial das Áreas de conservação e Áreas-chave para a biodiversidade (KBAs) das zonas costeiras como receptoras de projectos de contrabalancos de biodiversidade em Moçambique, permitindo uma aplicação eficaz da Hierarquia de Mitigação e Contrabalancos da Biodiversidade no país, segundo o Diploma Ministerial 55/2022;
- Foi realizado um webinar técnico para actualizar e padronizar a aplicação da tipologia global da UICN sobre o mapa histórico da vegetação/ecossistema terrestre da África do Sul e de Moçambique;
- Foi realizado um webinar técnico sobre o mapa histórico da vegetação de Moçambique com especialistas nacionais para apresentar actualizações e recolher comentários. A versão 2.0 encontra-se significativamente melhorada, com o mapeamento de 162 tipos de ecossistemas, agrupados em 8 biomas;
- Foi desenvolvido um mapa interactivo actualizado de acesso aberto sobre a vegetação/ ecossistemas terrestres históricos de Moçambique, incluindo um aplicativo que permite aos utilizadores visualizar o mapa e toda a informação associada a partir de um dispositivo móvel, mesmo quando o dispositivo se encontra offline;
- Foram organizados Webinars técnicos para discutir a abordagem geral sobre a actualização da avaliação da Lista Vermelha dos Ecossistemas (LVE) para Moçambique contando com a participação de mais de 20 especialistas nacionais;
- Foi desenvolvido um fluxograma (chave-decisória) para ajudar os técnicos da Repartição para Avaliação e Acompanhamento dos Contrabalancos de Biodiversidade a decidir se um projecto vai ou não requerer um Plano de Gestão de Contrabalancos de Biodiversidade (PGCB) de acordo com o Diploma Ministerial 55/2022;
- Sob liderança da BIOFUND e em colaboração com o

CEAGRE, foi co-organizada a IV Reunião do Grupo de Acompanhamento das Iniciativas de Conservação da Biodiversidade na Reserva Florestal de Licuati e Área Envolvente com o objectivo de apresentar e discutir os resultados dos estudos de base (ecológicos e socio-económicos) e o plano de gestão proposto para a conservação da região do Licuati no distrito de Matutuine em Maputo;

- Foi dado apoio à preparação e acompanhamento do trabalho de campo da equipa do CEAGRE no Parque Nacional de Chimanimani (PNC) contratada pela BIOFUND para a recolher dados socioeconómicos e biofísicos nas áreas de Protecção Total do parque no âmbito da elaboração da estratégia e Plano de acção para a melhoria da sua biodiversidade-chave;
- Sob liderança da BIOFUND, foi organizado um webinar técnico com as partes interessadas para socializar os resultados preliminares do estudo de caracterização ecológica e socioeconómica do PNC;
- Foi realizado um webinar sobre Dados Espaciais de Biodiversidade, portais de dados para utilização na hierarquia de mitigação, orientação sobre a elaboração e aplicação desses dados;
- Participação no webinar do Grupo Temático IMEC sobre "Conservação da biodiversidade em Madagáscar: Nenhum compromisso de perda líquida;
- Participação na troca de experiências entre o FIAES de El Salvador e a BIOFUND de Moçambique, com enfoque em como transformar o BIOFUND num mecanismo financeiro viável para o contrabalanço de biodiversidade em Moçambique
- Organizada a reunião do comité de gestão do programa COMBO+, onde cada País abrangido pelo programa teve a oportunidade de apresentar os principais resultados alcançados ao longo do último ano, e discutir os aspectos administrativos do Programa;
- Organizado um webinar técnico sobre os testes de modelos de implementação de contrabalancos de biodiversidade, onde a equipa de Moçambique teve a oportunidade de partilhar sua experiência na implementação de projectos pilotos como mecanismo de testar modelos para implementação de contrabalancos de biodiversidade.



Lago Azul, Bilene

### 2.3.2 Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

Em parceria com o Ministério da Terra e Ambiente (MTA), através da Direcção Nacional do Ambiente (DINAB) a WCS está, desde 2019, a implementar o projecto de mapeamento das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade. Este projecto é financiado pela USAID, através da USAID/SPEED. Esta iniciativa permite avaliação das espécies ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e mapeamento as Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBAs) em Moçambique.

O projecto, foi uma das primeiras iniciativas mundiais a realizar uma avaliação nacional abrangente das KBAs, aplicando o Padrão Global da UICN (2016) a uma série de grupos biológicos (insectos, peixes de água doce, anfíbios, répteis, aves, mamíferos, plantas, ecossistemas e biodiversidade marinha).

A identificação das KBAs e a avaliação do estado de conservação de espécies foram realizados com base em critérios da Lista Vermelha da IUCN, que são internacionalmente aceites o objectivo de apoiar i) o planeamento de conservação e definição de prioridades, ii) a expansão estratégica das redes com áreas de conservação, iii) informar políticas de salvaguarda ambiental para o sector privado, iv) proporcionar oportunidades às comunidades locais. São indicadores das metas 11 e 12 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) Aichi, bem como dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 e 15.

#### 2.3.2.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Foi iniciada a terceira fase do programa de KBAs (Áreas-Chave de Biodiversidade), realizando-se a respectiva reunião de arranque, sendo que o projecto visa: i) recolher dados que possam ajudar a identificar e mapear potenciais KBAs costeiras e marinhas, com enfoque na província de Nampula, desenvolvendo e apresentando propostas ao Secretariado das KBAs, ii) completar avaliações adicionais da Lista Vermelha para fauna e flora, incluindo espécies marinhas, iii) aumentar a capacidade nacional nas avaliações da KBA e da Lista Vermelha e na sua utilização para a tomada de decisões iv) apoiar o desenvolvimento de planos de conservação e soluções financeiras que possam garantir a sustentabilidade a longo prazo destas KBAs criando oportunidades para melhorar a situação económica das comunidades locais, tais como pagamentos baseados no desempenho, através de soluções de carbono azul, v) compilar informações sobre o estado de conservação dos ecossistemas de recifes de coral em toda zona costeira do país.
- Foram lançadas duas consultorias para a colecta de dados quantitativos sobre espécies de campo que poderiam potencialmente activar uma KBA no Norte de Maputo (Marracuene) e na Baía de Pemba.
- No contexto da renovação da liderança do Grupo Nacional de Coordenação de KBAs e Listas Vermelhas, criado em 2019, foi lançamento do processo de votação do novo comité de direcção.
- Iniciada uma consultoria para tradução do curso



O lançamento do novo projecto regional, "Construindo conhecimento sobre biodiversidade para acção na África Austral: avaliação da biodiversidade, priorização e planeamento espacial na África do Sul, Namíbia, Moçambique e Malawi" (ou simplesmente "Projecto SBAPP") (créditos, WCS).

online das KBAs de inglês para português.

- Iniciada uma consultoria para o estudo de pré-viabilidade e viabilidade Carbono Azul em Moçambique (Apoiar o desenvolvimento de planos de conservação e soluções financeiras que possam garantir a longo prazo sustentabilidade das KBAs)
- Foi realizada a reunião anual do Grupo Nacional de Coordenação (GNC) para KBAs e Listas Vermelhas, que se debruçou sobre:
  - o processo de validação do banco de dados nacional de espécies integrado no portal SIBMOZ;
  - definição das necessidades de formação do GNC;
  - apresentação das constatações em 2 potenciais novas KBAs (Baía de Pemba e Norte de Maputo / Marracuene);
- atualização do processo de desenvolvimento de uma proposta para categorização da KBA de Namuli como uma área de conservação comunitária através de uma iniciativa liderada pela NITIDAE (ONG francesa, com a missão de desenvolver e liderar projectos para preservar o ambiente, contribuindo simultaneamente para a economia local);
- Realizadas duas apresentações de Integração das Áreas-chave para a Biodiversidade no alcance das metas nacionais e compromissos internacionais durante o treinamento para o sector privado, Direcções do Ambiente das províncias do sul de Moçambique, e a Comissão Técnica de Avaliação de Impacto Ambiental



- sobre a implementação do novo diploma ministerial de contrabalanços de biodiversidade
- Lançamento de uma consultoria para realização de pesquisa nos “buracos azuis” de Nacala;
- Organizada uma reunião de troca de experiências entre a WCS- Moçambique e o Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação de Angola (INCB) relativamente à avaliação nacional das KBAs e à estrutura e funcionamento do Grupo Nacional de Coordenação Moçambicano;
- Participação no Congresso de Áreas Protegidas da África (APAC) em que apresentou o trabalho que vem sendo desenvolvido em Moçambique sobre as KBAs;
- Foi iniciado um novo projecto regional, “Construindo conhecimento de biodiversidade para acção na África Austral: avaliação, priorização e planeamento espacial da biodiversidade na África do Sul, Namíbia, Moçambique e Malawi” (ou “Projecto SBAPP”), que inclui a colecta de dados no campo e a avaliação de novas KBAs em Moçambique, financiado por AFD e FFEM;
- Foi organizado em Moçambique o evento oficial de lançamento e um BioBlitz após o lançamento do SBAPP, como uma forma interativa de ilustrar a importância da ciência cidadã e do envolvimento da comunidade na recolha de dados de campo;
- Apoio à participação do Governo de Moçambique, representado pelo Sr. Alexandre Bartolomeu – Chefe de Departamento de Gestão Ambiental no Ministério da Terra e Ambiente, no evento paralelo da COP15 promovido pelo secretariado da KBA sobre o tema Por que Áreas-chave para a Biodiversidade devem estar na Estrutura global da Biodiversidade: Lições de países ao redor do mundo; e
- A WCS participou: i) no evento “Celebração da Biodiversidade da APAIPS”, que apresentou os principais valores e ameaças que afectam a KBA de APAIPS; ii) num evento sobre a Análise de Planificação da Conservação da região de Maputaland organizado pela DICE e UEM e iii) no diálogo nacional sobre capital natural para uma economia verde em Moçambique, promovido pelo MTA e WWF.

### 2.3.3 Conservação de tubarões e raias

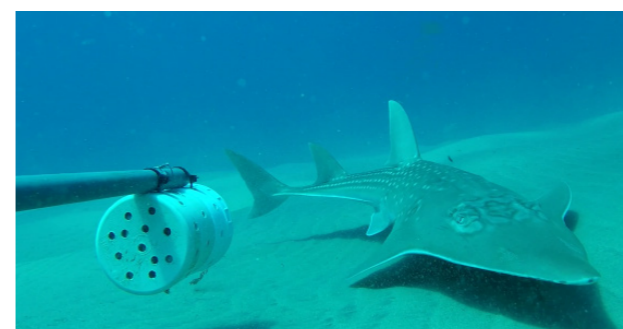
As actividades relacionadas com os tubarões e raias tiveram início no último trimestre de 2018 com o apoio do Shark Conservation Fund. O objectivo deste programa é a melhoria do estado de conservação dos tubarões e raias em Moçambique nomeadamente:

- ◆ Construir capacidade, avançar no conhecimento científico, e preencher lacunas de dados críticos para permitir decisões informadas;
- ◆ Melhorar a sustentabilidade e o controlo no comércio de produtos de tubarões e raias, através de uma melhor implementação da CITES;
- ◆ Desenvolver políticas e gestão baseadas na ciência, incluindo regulamentos específicos de espécies, para assegurar as melhores práticas de conservação e compromissos de gestão vinculativa.

#### 2.3.3.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Realizadas 3 amostragens com recurso a Vídeo Remoto Subaquático com Isca (BRUVs) no Parque Nacional de Maputo;
- Realizadas 4 amostragens com recurso a Vídeo Remoto Subaquático com Isca na Província de Inhambane;
- Realizada a primeira amostragem com recurso a Vídeo Remoto Subaquático com Isca na Província de Gaza cobrindo toda a costa da provincia;
- Realizadas 2 amostragens com recurso a Vídeo Remoto Subaquático com Isca nos distritos de Momba e Mossuril cobrindo uma extensão de 200 km de costa;
- Realizadas amostragens em locais de desembarque da pesca artesanal em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala e Maputo;
- Realizados inquéritos socioeconómicos a 120 pescadores relacionados aos tubarões e raias (Zalala, Pemba, Inhambane e Maputo);
- Realizadas amostragens para colecta de ADN ambiental (eDNA, na sigla em Inglês), com 20 amostras recolhidas no Parque Nacional de Maputo, 12 amostras recolhidas na Província de Inhambane e 48 amostras na Província de Nampula (Momba e Mossuril);
- A WCS participou num documentário sobre a pesquisa

- de tubarões e raias, utilizando Pesquisas Subaquáticas Remotas com Isca (BRUVs) no Parque Nacional de Maputo;
- No âmbito da parceria com Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM) na pesquisa de tubarões e raias e técnicas inovadoras aplicadas a Televisão de Moçambique e o Jornal Notícias realizaram entrevistas a WCS no contexto do Dia Mundial das Espécies Ameaçadas;
- Realizados 3 workshops de divulgação do Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR), com a presença de participantes do sector pesqueiro e das demais instituições ligadas indirectamente ao sector, bem como os Conselhos Comunitários de Pesca da Costa do Sol e Muntanhana na Província e Cidade de Maputo e na Província de Inhambane. Foram partilhadas informações sobre a protecção e gestão de espécies incluídas nos anexos XI e XIII do REPMAR;
- Produzidos 160 posters alusivos a protecção de Espécies Marinhas Protegidas e entregues ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca durante os workshops de divulgação do REPMAR.
- Produzidos e entregues 40 roll-ups das espécies
- protegidas do REPMAR à Administração Nacional das Pescas para divulgação nos diversos portos do país;
- Foi dado apoio à ADNAP na produção e divulgação de material visual sobre as espécies protegidas nos Aeroportos de Moçambique
- Participação em 6 reuniões técnicas para a elaboração e conclusão da Avaliação da Linha de Base para Tubarões e Raias e o Plano de Acção Nacional para Tubarões e Raias;
- Participação no Décimo Segundo Simpósio da Associação de Ciências Marinhas do Oceano Índico Ocidental realizado em Port Elizabeth na África do Sul com a apresentação dos resultados sobre levantamentos ecológicos de tubarões e raias a partir de BRUVs em 3 campanhas feitas no Parque Nacional de Maputo, na costa Sul da Província de Inhambane e na Província de Cabo Delgado, desde a foz do rio Lúrio até à ilha Matemo, no Parque Nacional das Quirimbas;
- Participação na Quinta reunião do Fórum das Organizações da Sociedade Civil que actuam na Área Marinha e Costeira organizada pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.



Pesquisa Subaquática Remota (BRUVs)



Workshop de divulgação do Regulamento da Pesca Marítima, no Conselho Comunitário de Pesca da Costa do Sol, Maputo

### 2.3.4 Conservação de recifes de coral

Os recifes de coral são ecossistemas com alta biodiversidade e, pelos serviços de ecossistema que providenciam, são de grande importância socioeconómica das comunidades costeiras e para a economia do país, sendo reconhecido a nível global e nacional como ecossistemas críticos e prioritários. Para apoiar a protecção e gestão de ecossistemas de recifes de coral, contribuindo para sua resiliência contínua, diversidade e riqueza biológica e fornecimento de serviços ecossistémicos para as populações locais em Moçambique, a WCS tem vindo a trabalhar em vários projectos com o Governo de Moçambique (GdM), através do MIMAIP e InOM, com os seguintes objectivos:

- Apoiar o GdM a alcançar metas e compromissos nacionais e internacionais para a protecção da biodiversidade dos recifes de coral.
- Prover apoio técnico e financeiro no desenvolvimento da Estratégia Nacional para a Gestão e Conservação dos Recifes de Coral (ECOR 2022-2032), de modo a criar um quadro político-legal que irá promover uma gestão integrada e efectiva dos ecossistemas de coral em Moçambique. A ECOR (2022-2032) visa a aumentar a capacidade técnica para investigação e conservação em recifes de coral, a protecção e monitoria de áreas críticas de recifes de coral, a mobilização de financiamentos para a conservação

dos recifes e a coordenação institucional para a sua gestão efectiva a nível nacional, entre outros..

- Identificar indicadores e desenvolver um índice para avaliar a condição dos recifes de coral para orientar a implementação de esquemas de contrabalanço e contribuir para avaliar a condição dos recifes de coral moçambicanos ao longo do tempo.
- Reestabelecer e actualizar o programa nacional de monitoria dos recifes de coral, o qual incluirá metodologias padronizadas e soluções para o armazenamento e a análise de dados resultantes da

#### 2.3.4.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Foi dado apoio ao InOM em várias revisões finais da Estratégia Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral (ECOR 2022-2032), de modo a responder a questões e comentários importantes levantadas pelo Gabinete do MIMAIP. O documento foi aprovado pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) em Conselho Consultivo, revisto por todos os Ministérios relevantes e preparado para ser aprovado pelo Conselho de Ministros;
- Foi dado apoio ao MIMAIP no processo de aprovação da ECOR (2022-2032), a qual foi submetida ao Conselho de Ministros e aprovado aos 15 de Novembro de 2022. O início das actividades de implementação da Estratégia é iminente. Espera-se que a aprovação deste novo instrumento marque o início de uma

monitoria de recifes e coral.

- Identificar e mapear Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBAs) sobrepostas a recifes de coral.
- Promover potenciais ACMs em áreas importantes de recifes de coral, o que passa pela avaliação sistemática e aprofundada de áreas pouco estudadas, como por exemplo o complexo recifal da Província de Nampula nos distritos de Memba e Mossuril.
- Prestar assessoria ao GdM sobre a revisão dos planos de realocação/restauração de recifes de corais propostos por empresas de petróleo e gás.

nova era para a gestão dos preciosos ecossistemas de recifes de coral, que desempenham serviços essenciais para uma boa parte da população costeira moçambicana, assim como um papel essencial na mitigação dos efeitos das alterações climáticas (sequestro de carbono) e que contribuem ainda para o Produto Interno Bruto (PIB) através de sectores como a pesca e o turismo;

- Foi concluído um conjunto de ferramentas de avaliação do estado ecológico dos recifes de corais para serem utilizadas para a implementação de contrabalanços de biodiversidade, restauração ecológica e actividades de monitoria. Os indicadores seleccionados são integrados numa métrica que permite avaliar o estado de saúde de qualquer recife de coral em Moçambique



de forma sistemática. Foi efectuada a aplicação piloto da métrica usando dados reais colectados nas áreas de estudo do Projecto Futuro Azul, na Província de Nampula. No âmbito do projecto Futuro Azul foi realizada, em Março 2022, a primeira campanha de avaliação do estado dos recifes de coral nos distritos de Memba e Mossuril, Província de Nampula. Cerca de 200 km de costa foram investigados a bordo de uma embarcação tipo liveaboard, com a participação de parceiros do InOM e da UniLúrio, quem beneficiaram de treino em métodos de amostragem subaquática em recifes de coral usando mergulho e ROV (drone subaquático);

- Foi realizada uma segunda campanha de amostragem em Dezembro de 2022 para completar a avaliação da área de estudo;
- Foi alcançada a meta de 40 recifes de coral amostrados para se avaliar a sua biodiversidade e o seu estado de saúde;
- Foi iniciada a análise da grande quantidade de dados colectados. Note-se que os estudos realizados incluíram a ocorrência e distribuição de mamíferos marinhos na área, pesquisas de mergulho submarino



e Pesquisas Subaquáticas Remotas com Isca (BRUVs) que serão utilizados para estudar recifes de corais e comunidades de peixes de recifes. Estes estudos ajudarão a desenvolver uma proposta de uma nova Área de Conservação Marinha de Uso Sustentável;

- Ao longo de 2022, a equipa de recifes de coral da WCS-Moçambique trabalhou com a equipa de programadores do MERMAID para desenvolver a plataforma, incluindo novas funcionalidades. A MERMAID é uma plataforma online gratuita de armazenamento e análise de dados de recifes de corais, que foi desenvolvida pela WCS, WWF e outros parceiros. Em particular, as novas funcionalidades permitem: i) a integração de dados provenientes dos foto-quadrados (método muito usado globalmente para a monitoria de recifes de coral) já é suportada por MERMAID. Cientistas em Moçambique e no mundo podem agora usar esta nova ferramenta online; ii) carregamento automático de dados de foto-quadrados para a plataforma MERMAID, sendo agora possível carregar grandes quantidades de dados para o MERMAID usando a interface R-Studio.

#### 2.3.5 Programa de capacitação dos pontos focais das Convenções de Biodiversidade para a CoP 15 da CBD

Moçambique é signatário da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), cujos objectivos são: a) Conservação da Diversidade Biológica; b) Utilização sustentável dos seus componentes; e c) Partilha justa e equitativa dos benefícios que advém da utilização dos recursos genéticos e conhecimento tradicional associado. No funcionamento da Convenção são organizadas Conferências das Partes (CoPs) para avaliação da implementação da convenção.

Este programa tem por objectivo capacitar os técnicos do Governo e de outros sectores que implementam a CBD com informação relevante, de forma a garantir uma participação plena e efectiva da Delegação Moçambicana na CoP15 e em futuras CoP, através da realização de várias reuniões de preparação, de acordo com os temas prioritários para Moçambique, e desenvolver um guião de orientação para as negociações e implementação do quadro global para a biodiversidade da CBD.

### 2.3.5.1 Actividades Desenvolvidas em 2022

- Foi realizada a V sessão de preparação para a 15ª reunião da Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) no formato de retiro de 2 dias na província de Maputo, com o objectivo de desenvolver uma proposta da posição política nacional relacionada aos assuntos prioritários e metas para o país nas negociações do novo Quadro Global para a Biodiversidade a ser acordada durante a COP15 da CDB.
- Foi elaborado um guião de orientação para as negociações e implementação do quadro global para a biodiversidade da convenção sobre diversidade biológica (CBD), oferecendo à delegação de Moçambique as directrizes e dicas sobre o planeamento e as oportunidades de participação efectiva nas reuniões de negociação no âmbito da CDB (pré-CoP e CoP). Foi dado apoio ao Governo na participação nas reuniões preparatórias para a COP15:
  - Reunião de Preparação da COP15 com objectivo de harmonizar a posição de Moçambique a posição do Grupo Africano e priorizar os eventos a serem atendidos pela delegação de acordo com os temas prioritários para Moçambique.
  - Reunião de apresentação do ponto de situação da preparação das delegações, posição do Grupo Africano, entre outros pontos relevantes (ex: acções de seguimentos).
- Foi dado apoio financeiro ao Governo para participação de dois técnicos (1 do InOM, e 1 da Direcção de Planificação e Cooperação do MTA) da delegação moçambicana na Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) realizada em Montreal no Canadá, de 5 a 19 de Dezembro de 2022.



V Sessão de preparação para a 15ª Reunião da Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) sob a forma de um retiro de 2 dias na província de Maputo (créditos, WCS).

### 2.3.6 Programa de apoio à gestão de pescarias artesanais sustentáveis em Moçambique

A WCS Moçambique comprometeu-se a apoiar o Governo na melhoria das pescarias artesanais, tornando-as mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, ficando-se em duas linhas principais:

- Providenciar apoio ao Governo no desenvolvimento de orientações e procedimentos claros sobre o passo-a-passo para a criação e legalização de áreas de pesca co-geridas pelas comunidades locais, de acordo com a legislação nacional, bem como, no

estabelecimento de uma comunicação e entendimento claros entre as autoridades nacionais, provinciais e distritais relativamente às directrizes e procedimentos aprovados para a legalização e desenvolvimento dos planos de gestão e aplicação da lei nos recursos marinhos.

- Apoiar o Governo através de projectos no terreno para fortalecer os Conselhos Comunitários de Pesca e autoridades locais, apoiá-los no estabelecimento de

Áreas de Pesca de Gestão Comunitária e promover e fomentar fontes de rendimento alternativas à pesca. Tal é feito através da implementação directa de projectos específicos, conforme se apresenta no ponto seguinte ou de assistência técnica a outras ONGs, nomeadamente:

- a Associação Megafauna Marinha (AMM), baseada na Província de Inhambane, com objectivo de desenvolver um programa de monitoria de Áreas de Pesca de Gestão Comunitária (APGCs), através de desenvolvimento de Planos de Monitoria socioeconómica e de biodiversidade, e de uma estratégia de aplicação da Lei e fiscalização para estas áreas a serem implementadas nas Praias de Tofo,

Barra e Rocha, no âmbito do projecto “Sustentabilidade das APGCs através de monitoria adequada e aplicação da lei – Mares Sustentáveis”; e

- a Ocean Revolution Moçambique (ORM), também baseada na Província de Inhambane, com objectivo de apoiar actividades relativas ao processo de criação, legalização e gestão de APGCs, seus planos de gestão, e processo de aplicação da lei, no âmbito do projecto “Actividades de apoio ao processo de legalização de APGCs, gestão e planos de aplicação da lei”, através de desenvolvimento de um plano padronizado e replicável de monitoria socioeconómica e de biodiversidade que possa ser utilizado por diferentes projectos marinhos.

### 2.3.3.4 Actividades desenvolvidas em 2022

- Foi realizada uma reunião com ADNAP e parceiros (WWF, RARE, Banco Mundial) para discutir o estado de revisão do Diploma Ministerial sobre os procedimentos

do processo de concepção e gestão de APGCs pela ADNAP, com o objectivo de esclarecer questões relativas ao estabelecimento e gestão destas áreas.



Formação sobre a Portaria Ministerial específica sobre os procedimentos do processo de estabelecimento e gestão de áreas de pesca geridas comunitárias (APGC) na cidade de Inhambane (créditos, WCS).

- Foi desenvolvida uma Análise de Lacunas sobre o processo de aplicação da lei e fiscalização dos recursos marinhos nas APGCs, que detalha os resultados obtidos nas entrevistas com as partes interessadas (autoridades locais, provinciais e nacionais, ONGs com um papel na gestão das pescas locais, e CCPs, incluindo um workshop com este último, onde Inhambane foi seleccionada como província piloto), incluindo o estado de implementação das APGCs; a situação actual relativamente ao processo de aplicação da lei nas APGCs ou nos recursos marinhos nacionais; os aspectos positivos, os principais

problemas detectados e as soluções propostas para cada problema; e as principais recomendações das partes interessadas para otimizar o processo de fiscalização e aplicação da lei nos recursos marinhos.

- Participação no Workshop de troca de experiências e partilha dos resultados dos projectos financiados pelo Fondation Ensemble: “Revitalização do grupo de trabalho para troca de experiências e partilha dos resultados a longo prazo de projectos financiados pelo Fondation Ensemble e parceiros associados”, organizado pela Associação Megafauna Marinha

(AMM) e Ocean Revolution Moçambique (ORM).

- Em colaboração com a AMM, foi realizada, a 22 de Novembro de 2022, na cidade de Inhambane, um workshop para partilhar, com os vários intervenientes nacionais e locais, os resultados da análise das lacunas sobre o processo de aplicação da lei e fiscalização nas APGCs, utilizando a costa da província de Inhambane como um estudo de caso.
- Foi realizada a 23 de Novembro de 2022 na Cidade de Inhambane, em colaboração com o ADNAP, uma sessão de informação e capacitação sobre o novo Diploma Ministerial, envolvendo diferentes

intervenientes relevantes a nível nacional, provincial e local com um papel no processo de gestão sustentável da pesca artesanal.

- Foram realizadas a 24 de Novembro de 2022, duas sessões de capacitação sobre as inovações do novo REPMAR, envolvendo pescadores locais, autoridades nacionais, provinciais e locais, e ONG locais que contribuem para a gestão da pesca artesanal a nível local. Estes encontros foram organizados e dirigidos pela ADNAP, em coordenação com o InOM e com o apoio técnico e financeiro da WCS, em colaboração com a AMM e ORM.

### 2.3.7 Futuro Azul

A WCS e um conjunto de parceiros (InOM, ProAzul, ADPP, AMA, UEM e BIOFUND) encontram-se a desenvolver o projecto Futuro Azul, colaborando com o Governo de Moçambique para criar uma ACM (Área de Conservação Marinha) de uso sustentável na zona costeira dos distritos de Memba e Mossuril – cobrindo uma área de pelo menos 1.000 km<sup>2</sup> incluindo uma rede de áreas de pesca geridas pela comunidade bem operadas.

A área do projecto sofre com a sobrepesca e a sobreexploração dos ecossistemas locais, mas ainda possui extensas áreas de mangal, ervas marinhas e recifes de coral, que serão melhorados por meio de medidas de adaptação e gestão baseadas no ecossistema, restauração e/ou protecção dependendo do ecossistema. O projecto desenvolverá um plano de negócios e financeiro para garantir a gestão sustentável da ACM e, simultaneamente, pretende melhorar a condição económica das comunidades

locais.

Além disso, o projecto aumentará os serviços ecossistémicos prioritários por meio de adaptações que reduzem a vulnerabilidade e aumentam a resiliência das comunidades locais aos impactos das mudanças climáticas, ajudam na protecção costeira e apoiam meios de subsistência baseados em recursos, incluindo a pesca, contribuindo para as metas nacionais de clima e conservação. A abordagem proposta também ajudará as comunidades pesqueiras locais a estabelecer, legalizar, administrar e monitorar de forma sustentável as áreas de pesca geridas pela comunidade.

Os resultados específicos do projecto incluem: (1) maior resiliência de ecossistemas relevantes para o clima por meio de maior protecção e gestão; e (2) Comunidades vulneráveis com maior resiliência e melhores meios de subsistência.

Golfinho comum, Mossuril



Pescadores de linha de mão, Mossuril

### 2.3.7.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Início oficial do projecto “Construindo um futuro Azul para Ecossistemas e Pessoas na Costa Leste Africana” no dia 1 de Julho de 2022, o qual será implementado ao longo de 5 anos até 30 de Junho de 2027.
- Elaboração dos procedimentos administrativos e logísticos associado ao arranque do projecto, nomeadamente a preparação dos acordos de subvenção, subcontratos e aquisição de equipamento-chave, assim como desenvolvimento dos sistemas de controlo financeiro.
- Realizada a primeira reunião oficial de parceiros de implementação, para indução sobre o projecto, envolvendo InOM, ProAzul, BIOFUND, AMA e ADPP Moçambique, incluindo a apresentação do resumo do projecto, plano de trabalhos e requisitos principais do Blue Action Fund ao nível administrativo e financeiro.
- Organizado o Workshop Interno de planeamento e arranque das actividades do projecto, envolvendo todos os parceiros, para que todos os parceiros se conhecessem e para que estivessem alinhados, com suas responsabilidades dentro do projecto devidamente definidas.
- Realizado o evento de lançamento oficial e arranque do projecto, envolvendo entidades governamentais a nível central e dos distritos de implementação do projecto (Memba e Mossuril), e outras Partes interessadas, onde foram divulgados os seus objectivos, resultados a alcançar, plano de trabalho e o organograma do projecto.
- Contratação da equipa afecta ao projecto terreno e preparação do escritório local;
- Apresentação do projecto a nível local, nomeadamente junto dos governos distritais de Memba e Mossuril;
- Desenvolvido o Sistema de Queixas e Reclamações do projecto e procedendo-se à planificação do treinamento da equipa da WCS e parceiros no Sistema de Gestão Ambiental e Social e em ferramentas relacionadas com aspectos socio-económicos; Colocaria: Desenvolvido o Sistema de Queixas e Reclamações do projecto;
- Desenvolvido o sistema de gestão de segurança do projecto, que inclui uma análise de risco e um plano de mitigação dos riscos.
- Elaboração do Plano de Acção de Género, que definiu objectivos e linhas de orientação de forma que as actividades do projecto considerem as questões relacionadas com o género. Foi também realizada um diagnóstico preliminar acerca das questões de género.
- Treinamento de formadores sobre Sistemas de Gestão Ambiental e Social (ESMS), Pesquisa de Necessidades Básicas (BNS) e Ferramenta de Governança de Recursos Naturais (NRGT) para 37 participantes de instituições parceiras e equipa de projecto Futuro Azul.
- Definição de regras de comunicação para o projecto, partilha com os parceiros e definição dos pontos



Lançamento do Projeto Futuro Azul (ENH)

- focais. Criação do logo do projecto e banner de projecto.
- Preparação dos protocolos para realização dos baselines: económico-sociais, diagnóstico de pescarias e mapeamento de padrões pesqueiros;
- Realização dos levantamentos para os baselines ecológicos de recifes de coral, mapeamento e estado de saúde e levantamentos de comunidades de tubarões e raias usando levantamentos de vídeo subaquáticos remotos (BRUV), amostragem de mamíferos marinhos;
- Preparação de Termos de Referência da Conferência técnico-científica anual sobre Adaptação Ecológica e Conservação Marinha
- Diagnóstico Preliminar e parcial de comunidades afectas ao projecto, para se compreender alterações existentes e actualizar dados relativamente à fase de proposta;
- Lançamento de bolsas de estudo para estudantes que visam promover o desenvolvimento das comunidades envolvidas no projecto;
- Preparação de Termos de Referência para a criação do Grupo de Conselheiros, que irá permitir que diversos interessados (stakeholders) possam participar e estar envolvidos com a definição estratégica do projecto;
- Análise das partes interessadas e afectadas pelo projecto Futuro Azul, para se realizar o Plano de engajamento de stakeholders e apoiar na implementação das actividades;
- Diagnóstico de segurança e protecção, para criar planos de contingência e segurança para o staff de projecto.

### 2.3.8 Apoio à expansão das Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) em Moçambique

Reconhecendo a importância dos ecossistemas marinhos para a sobrevivência e bem-estar da população, o Governo de Moçambique, comprometeu-se na expansão da rede nacional das Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) ao abrigo de convenções e tratados internacionais. Em 2019 o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP) actual Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM), uma instituição subordinada ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), em parceria com Wildlife Conservation Society (WCS), elaborou um estudo técnico com o objectivo geral de desenvolver cenários para apoiar o Governo na expansão das ACMs em Moçambique. Foram definidos 3 cenários. Considerando os resultados obtidos e os desafios, o MIMAIP propôs o desenvolvimento de

uma estratégia e plano de acção para a expansão da rede nacional de ACM, tendo levado esta proposta a Conselho de Ministros para apreciação. Em 2 Agosto de 2022 o Conselho de Ministros, na sua 26.ª Sessão Ordinária, apreciou a informação sobre os cenários de expansão das ACMs e seleccionou o cenário de 10-12% como aquele sobre o qual a estratégia se deverá centrar, de modo que esta meta seja alcançada até 2030.

A WCS encontra-se a apoiar o Governo na elaboração da estratégia nacional e plano de acção para a expansão da rede nacional de Áreas de Conservação Marinha, tendo sido criado pelo InOM um grupo técnico de trabalho (task force) constituído por um representante da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), da



Visita de campo ao Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB) no âmbito do actual diagnóstico das Áreas de Conservação Marinha em Moçambique (créditos, WCS).

Administração Nacional das Pescas (ADNAP) da Direcção Nacional de Políticas Marítimas (DIPOL), da Direcção Nacional do Ambiente (DINAB), do Instituto Nacional da Marinha (INAMAR) e a União Internacional para a Conservação. Este programa vem sendo implementado

### 2.3.8.1 Actividades desenvolvidas em 2022

- Concebido um Atlas Marinho com a compilação de toda a informação pública relevante recolhida ou produzida durante o programa de desenvolvimento de cenários para a expansão estratégica da rede nacional de Áreas de Conservação Marinha.
- Os cenários para a expansão estratégica das ACMS foram apresentados nos conselhos técnicos e consultivos do MIMAIP e no Conselho de Ministros. Sendo que neste último, foi adoptado o cenário B (protecção de 10-12% da Zona Económica Exclusiva - ZEE) para alcance até 2030 e aprovado a elaboração de uma estratégia nacional e plano de acção para expansão da rede nacional das ACMS.
- Estabelecido um Grupo de Trabalho Técnico (task force) constituído essencialmente por entidades governamentais-chave na área do Ambiente e do Mar para conceber a estratégia nacional e o plano de acção para a expansão das ACMS.
- Foi contratado uma Assistente de projecto para apoiar

através de uma parceria conjunta entre o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM) e a WCS, com recurso ao financiamento do Fundo da WCS para as Áreas de Conservação Marinhas (MPA Fund) e do Resources Legacy Fund (RLF).

- na coordenação, planeamento, implementação, monitoria e reporte de todas as actividades relacionadas com o processo da elaboração da estratégia nacional e o plano de acção para a expansão das ACMS em Moçambique.
- Foi realizada a reunião de arranque do grupo de trabalho técnico com vista a apresentar o ponto de situação, o plano e o orçamento actualizado para o desenvolvimento da estratégia e plano de acção e definir os próximos passos.
- Foi efectuada uma visita de campo ao Parque Nacional de Maputo (PNM), Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB) e Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS) por uma equipa composta pelo InOM, ANAC, WCS, ADNAP, para realizar o diagnóstico actual das Áreas de Conservação Marinhas em Moçambique, com vista a entender a situação actual considerando os aspectos-chave relacionados a gestão, finanças e fiscalização das mesmas.

## 2.4 Unidade de Combate ao Crime Contra a Vida Selvagem

Este projecto constitui um dos principais desafios de conservação, na medida que a cobertura está limitada à região sul de Moçambique.

A parceria entre a WCS e a PPF está a permitir atingir a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo (GLTFCA) - compreendendo o Parque Nacional Kruger (KNP) na África do Sul, o Parque Nacional Gonarezhou no Zimbabué, o Parque Nacional do Limpopo (LNP) que inclui a Região dos Grandes Libombos localizada na faixa-sul do Rio dos Elefantes, ao longo da fronteira com a República da África do Sul - Greater Libombos Conservancy (GLC).

A meta deste programa continua a ser:

- a) Estabelecer uma cooperação trilateral entre os governos do Vietname, Moçambique, e África do Sul para investigar e processar crimes contra a vida selvagem;
- b) Melhorar a partilha de informação entre os governos do Vietname, Moçambique e África do Sul;
- c) Procurar uma cooperação mais estreita através do reforço e melhoria dos mecanismos de coordenação jurídica existentes.

Em 2022, foram realizadas as seguintes actividades:

1. Duas reuniões anuais entre o Vietname e Moçambique sobre o progresso no combate ao crime organizado transnacional e a implementação do MLAT;
2. Reforço da capacidade de colaboração entre procuradores e polícias em Moçambique utilizando a perícia do Vietname e da WCS;
3. Análise anual da situação do tráfico transnacional de animais selvagens para os três países;
4. Facilitação da partilha entre África do Sul e Moçambique de amostras de ADN de chifres de rinocerontes apreendidos no Vietname;
5. Revisão do quadro processual e legislativo para operações conjuntas entre a África do Sul e Moçambique;

No âmbito da adequação da WCS-Moçambique, a unidade de combate ao tráfico nível central deixa de existir passando a concentrar-se na REN e arredores (Cabo Delgado e Niassa) a partir do ano 2023



### 3. VALOR TOTAL DO PROGRAMA EM 2022

CONTRIBUIÇÃO DA ONG	PREVISÃO INICIAL	GASTO EFECTIVO
Ano 2022	USD 5.576,266	USD 4,219,226

### 4. FONTES DE FINANCIAMENTO

As fontes de financiamento do Projecto neste período foram:

- |   |   |
|---|---|
| a) USAID;   | k) SPEED  |
| b) Agência Francesa de Desenvolvimento;                           | l) Shark Conservation Fund                                |
| c) Fundo Francês para o Ambiente Mundial;                         | m) Margret A. Cargill Foundation;                         |
| d) USDA, Forest Service International Programs;                   | n) Rockefeller Philanthropy Foundation;                   |
| e) CITES-MIKES;   | o) Tiffany Foundation;                                    |
| f) European Union;  | p) Fondation Ensemble;                                    |
| g) Fondation Segre;   | q) Resources Legacy Fund;                                 |
| h) Marine Area Protected Fund;                                    | r) Oceans 5   |
| i) United Nations Development Programme;                          | s) Blue Action Fund e                                     |
| j) Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs; | t) Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD) e |
|   | u) WWF.   |

A WCS tem participado, através de co-financiamento (Leverage Funds) em cada uma das subvenções no valor que varia de 10 a 20% do valor total de financiamento.



## 5. CONTRAPARTES NACIONAIS

As principais contrapartes nacionais da WCS são as seguintes, entre outras:

### 5.1 Entidades do Governo

- |  |   |
|--|---|
| <b>1)</b> Ministry of Land and Environment (MTA, acronym in Portuguese), which includes:           | a) a.Direcção Nacional do Comércio (DNC)  |
| a) Administração Nacional das áreas de Conservação (ANAC);   | <b>8)</b> Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH)                           |
| b) Direcção Nacional do Ambiente (DINAB);  | a) Direcção Nacional para a Gestão dos Recursos Hídricos (DNGRH)  |
| c) Direcção Nacional de Florestas (DINAF);   | <b>9)</b> Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME)   |
| d) Direcção de Planificação e Cooperação (DNPC);   | a) Direcção Nacional de Geologia e Minas (DNGM);  |
| e) Agência para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA); e  | b) Instituto Nacional de Minas (INAMI);   |
| f) Agency for Environmental Quality Control (AQUA, acronym in Portuguese); and                     | c) Instituto Nacional dos Petróleos (INP);  |
| g) Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS).   | d) Direcção Nacional de Hidrocarbonetos e Combustíveis (DNHC); e  |
| <b>2)</b> Ministério do Mar, Águas interiores e Pescas   | e) Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH).   |
| a) Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM);   | <b>10)</b> Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)  |
| b) Administração Nacional de Pescas (ADNAP);   | a) Instituto de Aviação Civil de Moçambique (IACM);   |
| c) Direcção Nacional de Políticas (DIPOL);   | b) Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique (INCM); e  |
| d) Instituto Nacional da Marinha (INAMAR); e   | c) Direcção Nacional de Estudos e Projectos (DNEP).   |
| e) ProAzul.  | <b>11)</b> Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)                                      |
| <b>3)</b> Ministério de Economia e Finanças  | a) a.Direcção Nacional de Agricultura e Silvicultura (DINAS); e   |
| a) National Planning and Budgeting Directorate (DNPO, acronym in Portuguese)                       | b) b.Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIA).   |
| <b>4)</b> Ministério do Interior (MINT)  | <b>12)</b> National Agriculture and Forestry Directorate (DINAS, acronym in Portuguese); and              |
| a) Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) - Departamento de Armas e Explosivos; | <b>13)</b> Universidade Eduardo Mondlane (UEM)  |
| b) bComando Geral da PRM - Polícia de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente; e           | <b>14)</b> Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX)                                  |
| c) Comando Provincial da PRM de Niassa e de Cabo Delgado.  | <b>15)</b> Governo Provincial de Niassa, Cabo Delgado, Nampula & Cidade de Maputo                         |
| <b>5)</b> Gabinete de Ambiente e Assuntos Difusos; e   | <b>16)</b> Governos Distritais de Mecula, Mavago, Sanga, Muembe, Marrupa, Majune, Mueda, Memba e Mossuril |
| a) Office of Environment and Diffuse Affairs; and  |   |
| b) Procuradorias Provinciais   |   |
| <b>6)</b> Ministério da Defesa Nacional (MDN)  |   |
| a) Direcção Nacional da Política e Defesa (DNPD)   |   |
| <b>7)</b> Ministério da Indústria e Comércio (MIC)   |   |

## 5.2 Operadores de Turismo da REN

- |                          |                               |
|--------------------------|-------------------------------|
| a) Luwire;               | e) Metapiri Safaris;          |
| b) Mariri Investimentos; | f) Johan Calitz Safaris;      |
| c) Chuilexi Conservancy; | g) Safrique Limitada;         |
| d) Kambako Safaris;      | h) Niassa Hunter Safaris; and |

## 5.3 Outros

- BIOFUND;
- Centro Terra Viva (CTV);
- WWF Moçambique;
- União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN);
- RARE;
- Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP)
- Associação do Meio Ambiente (AMA);
- Ocean Revolution Moçambique (ORM)
- Associação Moçambicana de Avaliação de Impactos Ambientais (AMAIA); e
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) – Projecto BIOFIN.

## 6. VALOR DE IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO PROJECTO EM 2022

O valor total de mercadorias importadas destinadas ao Projecto foi de USD 43,100.00. É de referir que a WCS procura efectuar a encomenda e aquisição de bens o tão localmente quanto possível, como é por exemplo o caso de insumos e materiais de construção às comunidades locais da REN.

## 7. POSTOS DE TRABALHO CRIADOS EM 2022

Em 2022, a ONG procedeu às seguintes contratações:

Posto de trabalho criado	Nº	Nacionalidade
Contabilista sênior	03	Moçambique
Assistente de SMART	01	Moçambique
Electricista	01	Moçambique
Assistente de mecânico	01	Moçambique
Oficial de agricultura de conservação	01	Moçambique
Coordenador de CBNRM	01	Moçambique
Coordenador de economia verde	01	Moçambique
Coordenador de salvaguardas sociais e género	02	Moçambique
Empregos temporários (sazonais)	147	Moçambique
Gestor Financeiro	01	Moçambique
Assistente de Projecto	02	Moçambique
Assessor Técnico de Repartição de Contrabalanços	01	Moçambique
Estagiários (sazonais)	02	Moçambique

## 8. FORMAÇÕES REALIZADAS EM 2022

A WCS desenvolveu uma gama de formações ao longo do ano 2022, que beneficiaram a 600 pessoas entre técnicos do sector público, técnicos do sector privado e membros das comunidades nos locais de implementação dos diferentes projectos. As actividades de formação tiveram maior enfoque para a componente de Fiscalização (REN) e para a socialização dos novos dispositivos normativos relativos ao Programa Marinho e sensibilização comunitaria, que a seguir são apresentadas:





TIPO DE TREINAMENTO	LOCAL
Montagem e desmontagem de armas de fogo	Mbatamila (REN)
Elaboração de plano e relatório de patrulhas	Mbatamila (REN)
Realização de inspeção e controle de acessos	Mbatamila (REN)
Exercício de aptidão física	Mbatamila (REN)
Exercício de aptidão física	Mbatamila (REN)
Auto de notícias	Mbatamila (NSRREN)
Cubicagem de madeira	Mbatamila (REN)
Doenças zoonóticas	Mbatamila (REN)
Treinamento intensivo a Repartição de Avaliação e Acompanhamento de Contrabalanços de Biodiversidade da DINAB e membros da Comissão Técnica de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do MTA	Macaneta
Treinamento ao sector privado e à DINAB relativamente à implementação do novo diploma ministerial de contrabalanços de biodiversidade	Maputo
Treinamento regional de capacitação técnica e consciencialização das instituições do Ministério da Terra e Ambiente (MTA) e da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) relativamente ao Diploma Ministerial sobre contrabalanços de biodiversidade em Moçambique	Maputo
Treinamento intensivo sobre o Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental (SGLA), Sistema de Informação de Biodiversidade de Moçambique (SIBMOZ) e Sistemas de Informação Geográfica (SIG)	Maputo
Capacitação sobre o novo Diploma Ministerial (REPMAR), envolvendo diferentes intervenientes relevantes a nível nacional, provincial e local com um papel no processo de gestão sustentável da pesca artesanal	Inhambane
Duas sessões de capacitação sobre as inovações do novo REPMAR, envolvendo pescadores locais, autoridades nacionais, provinciais e locais, e ONG locais	Maputo
Treinamento de formadores sobre Sistemas de Gestão Ambiental e Social (ESMS), Pesquisa de Necessidades Básicas (BNS) e Ferramenta de Governança de Recursos Naturais (NRGT)	Nampula

## 9. CONCLUSÕES

A assinatura do Acordo de Co-Gestão e a aprovação do plano de actividades 2022 permitiu a implementação de mecanismos para a gestão durante a fase de transição da implementação do Acordo.

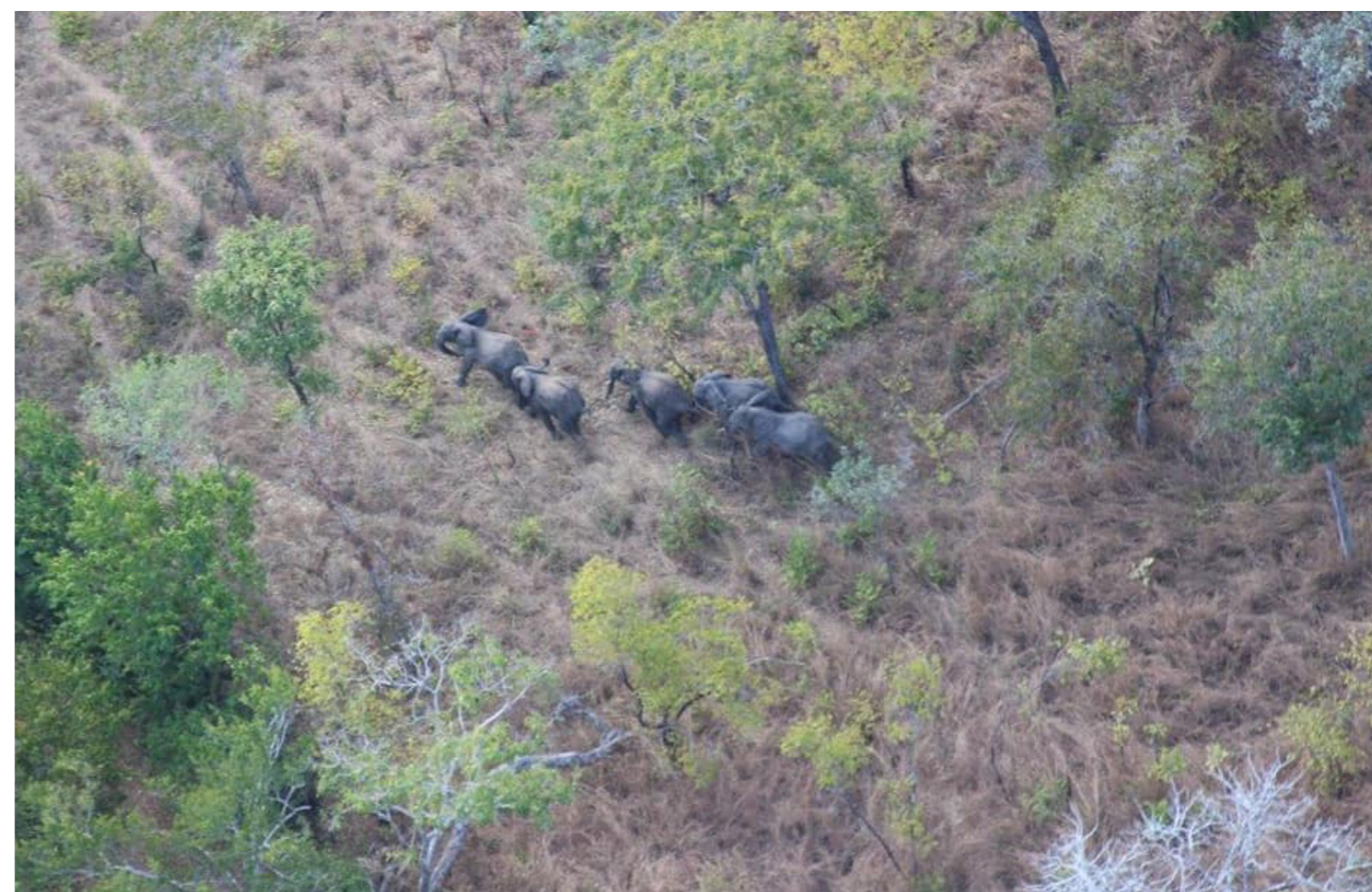
Actualmente a Reserva do Niassa, beneficia de um financiamento anual aproximado de US 1 milhão, que poderá crescer nos próximos anos. Nota-se com satisfação o seguinte:

- Redução significativa da caça furtiva;
- Maior engajamento das comunidades na conservação da biodiversidade, não obstante a canalização dos 20% definidos por Lei ainda ser um grande desafio
- Crescimento de Infraestruturas de Maneio (vias de acesso, Mbatamila já possui 3 acampamentos, fontes de abastecimento de água e comunicações.
- Melhoria na gestão do Conflito Homem-Fuana Bravia, pese embora os meios de controle ainda serem escassos, mas o uso de tecnologia de monitoria de fauna trouxe avanços significativos.
- Melhor comunicação entre a Reserva do Niassa e as Autoridades Administrativas Locais, com ênfase para

o Distrito de Mecula.

- Melhor integração do plano de desenvolvimento da REN no contexto do desenvolvimento económico local, embora ainda esteja pendente a aprovação do Plano de Maneio da Reserva Especial do Niassa, como instrumento fundamental, não só para orientação das actividades a serem desenvolvidas, mas também como instrumentos de programação de mobilização de apoio multifacetados para o desenvolvimento da REN.

A WCS celebrou com o Ministério do Mar, Pescas e Águas Interiores um Memorando de Entendimento em 2021 que tem propiciado o desenho de novos projectos que estão a ser cristalizadas nas várias actividades descritas relativas a Componente Marinha com destaque para o apoio às actividades que contribuem para a resiliência climática e a protecção contínua de espécies-chave e seus habitats, contribuindo para o melhoramento dos modos de vidas das comunidades que dependem dos oceanos e zona costeira, de modo que tenham acesso contínuo e sustentável aos recursos naturais e serviços dos ecossistemas dos quais dependem para a sua sobrevivência.





Apoio na expansão a rede nacional de Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) que, actualmente, cobrem apenas cerca de 2,1% da Zona Económica Exclusiva (ZEE) do país. Através de um exercício técnico desenvolvido, o Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 2 de Agosto 2022, um dos cenários que resultaram do trabalho conjunto de modelação, e que corresponde a uma meta de 10-12% de área marinha protegida até 2030.

No decurso da Conferência Mundial dos Mares, realizado em Lisboa (Junho de 2022), foi aprovado o projecto "Construindo um Futuro Azul para Ecossistemas e Pessoas na Costa Leste Africana", abreviadamente "Futuro Azul" que é fruto do memorando anteriormente citado, e de trabalho entre a WCS e InOM, aos quais se juntaram os parceiros Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), o Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Eduardo Mondlane (DCB-UEM), a Associação para o Meio Ambiente (AMA), o ProAzul e a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), com um financiamento de cerca de 8 milhões de Euros. Este projecto permitirá a alcançar as metas nacionais de Biodiversidade e responder questões prioritárias estabelecidas no âmbito conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos recursos naturais, como

- Necessidade de implementar estratégias em curso para adaptação e mitigação das alterações climáticas
- Melhorar a situação económica das comunidades costeiras criando mais alternativas de modos de vida à pesca e promovendo pescarias artesanais mais sustentáveis
- Aumentar a rede nacional de Áreas de Conservação

Marinha

Este projecto possui quatro (4) produtos os quais resultarão da implementação efectiva do mesmo, nomeadamente:

- I. Melhores recursos, instrumentos e capacidades para a gestão e utilização sustentável da ACM;
- II. Ecossistemas costeiros degradados, particularmente relevantes para a adaptação às alterações climáticas, reabilitados;
- III. Promoção da resiliência climática e de meios de subsistência sustentáveis e;
- IV. Melhor conhecimento, perícia e capacidade das agências nacionais relevantes para utilizar abordagens EbA para a gestão das zonas costeiras resistentes ao clima.

Com este MoU emerge a necessidade de apoio da WCS para outras regiões do País, nomeadamente as Províncias da Zambézia e Nampula, daí que decorre a solicitação da licença para operar naquelas províncias, para além das áreas tradicionais nomeadamente Maputo, Niassa e Cabo Delgado.

A WCS tem envidado esforços para que, os projectos que tem levado a cabo na República de Moçambique tenham um impacto efectivo na conservação dos parques e animais, em concreto, na Reserva Especial do Niassa. As comunidades locais possuem um papel preponderante na conservação da vida selvagem e como corolário dessa importância as actividades do Sector Comunitário são das que mais se destacam no âmbito dos projectos desenvolvidos pela WCS na maior área de conservação de Moçambique.

MISSÃO

**A WCS protege a vida selvagem e lugares selvagens em todo o mundo através da ciência, acção de conservação, educação, e inspirando as pessoas a valorizar a natureza.**



VISÃO

**A WCS prevê um mundo onde a vida selvagem prospera em terras e mares saudáveis, valorizados pelas sociedades que abraçam e beneficiam-se da diversidade e integridade da vida na terra.**

VALORES

Respeito, Responsabilização e Transparência, Inovação, Diversidade e Inclusão, Colaboração, Integridade.

DOADORES E PARCEIROS

